



João  
Marcelino  
Arroyo  
(1861-  
1930):  
o homem  
e o  
*Amor  
de  
Perdição*

---

João-Heitor Rigaud

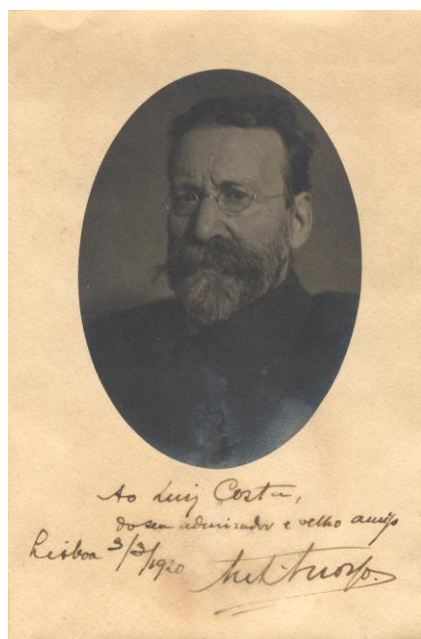
---

Artigos Meloteca 2011

---

João Marcelino Arroyo nasceu no Porto, na Rua Formosa, em 4 de Outubro de 1861, e faleceu em Colares, na quinta do Casal de Santa Maria, em 18 de Maio de 1930, neto do clarinetista espanhol João Marcelo Arroyo, falecido no Porto em 1844, e filho de José Francisco Arroyo (1818-1886), músico portuense de grande sucesso, cidadão respeitadíssimo e proprietário de florescente casa comercial de artigos relacionados com a música, de que viria a ser sucessora a Casa Castanheira & C<sup>a</sup>. Os quatro tios de João Marcelino foram músicos profissionais de elevado mérito: João Emílio, flautista, primeiro flauta do Real Teatro de S. Carlos e professor do Real Conservatório de Lisboa, foi o primeiro Português a utilizar a flauta

sistema Boehm; António Maria, pianista e violoncelista, professor respeitado, acompanhou Moreira de Sá nas suas primeiras apresentações públicas; Hipólito Medina Ribas, flautista e compositor, foi durante longos anos primeiro flauta da orquestra do Real Teatro de S. João; Francisco António Rabal, trompetista natural de Bragança, foi o único trompetista português que no século XIX deu recitais a solo, o seu colossal talento espantava todos os que o ouviam.



António Arroyo

Conta Bernardo Valentim Moreira de Sá, amigo chegado da família, que José Francisco Arroyo era uma pessoa inteligente e sensível, mas um músico que detestava a sua profissão; de facto, a partir de 1862 essa animosidade começa a notar-se com

bastante clareza, de modo que o ilustre músico, pai de três rapazes e duas meninas, todos dotadíssimos para a música, mandou os rapazes estudar para a Universidade de Coimbra com o objectivo de se fazerem políticos. O mais velho, José Diogo, doutorado em Química, sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Química e pai da engenharia química em Portugal, passou pelo Parlamento, mas, cumprida a vontade paterna, optou por ficar no Porto onde foi catedrático de Química Inorgânica, director e proprietário fundador do Jornal de Notícias e pianista de grande mérito nas horas de descanso profissional em que tocava sonatas de Beethoven com o seu amigo B. V. Moreira de Sá; o filho do meio, António José, licenciado em Engenharia, também teve baptismo parlamentar mas dedicou-se ao ensino técnico-industrial e

à crítica de arte, sendo bom pianista e cantor; das meninas, a mais velha, Rita, cedo casou com um médico algarvio e foi viver para Faro, e mais nova, Josefa Beatriz, conseguiu não ir para Coimbra, nem para a política, e foi uma cantora absolutamente notável, tal como sua sobrinha Berta, filha do professor José Diogo.

João Marcelino, quando menino, dizia que o seu sonho era ir para a Alemanha estudar música, se o Pai deixasse, mas foi para Coimbra estudar Direito. Como aluno, fundou o Orfeão Académico da Universidade de Coimbra, o mais antigo do mundo e a primeira capela a fazer ouvir música de Richard Wagner em Portugal, depois licenciou-se, por birra para com um professor, doutorou-se e ingressou no corpo docente da Faculdade como professor de Direito Civil e, eleito deputado em 1884, acabou por se fixar em Lisboa onde, durante mais de vinte anos, fez parte das duas câmaras do Parlamento, foi Ministro da Marinha, Instrução Pública e Negócios Estrangeiros, Conselheiro de Estado Honorário, Juiz do Tribunal de Contas, Administrador da CP, Sócio Efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, viticultor em Colares e... sempre, e acima de tudo, músico.

Como pianista, compositor e colecionador de obras de arte, muito ao jeito portuense, deu-se discretamente a conhecer aos seus amigos lisboetas, em tertúlia na sua casa da Rua de Santo António dos Capuchos, nº 2, até que, em Abril de 1906, organizou vários saraus em que tocou, cantando a acompanhando-se ao piano, a sua recente ópera *Amor de Perdição* para uma assembleia da qual faziam parte representantes de toda a imprensa acreditada em Lisboa, verdadeiras conferências de imprensa que abalaram a cidade e o País com a notícia de que o célebre político afinal... era músico e autor de uma ópera.

No ano seguinte, vencidas as dúvidas da administração do Real Teatro de S. Carlos por ser João Arroyo um parlamentar extraordinariamente activo, eloquente, teatral e, não raro, controverso, foi programada a estreia do *Amor de Perdição* apesar da perspectiva de um público hostil. O Italiano Luigi Mancinelli foi chamado a dirigir e a estreia aconteceu a 2 de Março, depois de ensaios gerais com casa cheia e a presença da Rainha D. Amélia, perante a família real, quase todos os membros do governo (ao qual o autor se opunha), representantes parlamentares, universitários, judiciais e da imprensa (que relataram o desenrolar do acontecimento com pormenor de reportagem radiofónica *avant la lettre*): foi um acontecimento nacional que configurou o maior sucesso que jamais teve lugar no Teatro de S. Carlos. Nas duas temporadas seguintes a ópera foi reposta com crescente sucesso, e mais repetições, de tal modo que, em 1909, já sob a direcção de Leopoldo Mugnone a abertura foi

incluída nas apresentações da *Salomé*, de Richard Strauss, com a anuência do autor então em Lisboa, e o jornal parisiense *Le Figaro*, no número de 2 de Março de 1908, publicou uma extensa crónica acerca deste acontecimento passado em Lisboa. Em 22 e 26 de Dezembro de 1947 voltou à cena no mesmo teatro por iniciativa da Sociedade Nacional de Música de Câmara, sendo então dirigida por Fernando Cabral.

Entretanto, em 25 de Janeiro de 1910, começou a bem sucedida carreira internacional desta ópera com a estreia na temporada regular de assinatura da Ópera Nacional de Hamburgo, com repetições ao longo das semanas seguintes. Também aqui o sucesso foi enorme apesar desta alternar com uma ópera de Mozart, *D. João*. Jornais de toda a Alemanha, da Áustria, de Praga e de Budapeste, publicaram textos críticos que reflectem, sem qualquer margem para dúvida, a opinião de que, também aí, esta obra conquistara a consideração e o apreço geral. Após a estreia e perante o avassalador sucesso, o director do Teatro, Max Bachur, teve a amabilidade de felicitar a Nação Portuguesa por telegrama enviado ao Chefe de Estado, o rei D. Manuel II.



Francisco Braga

O autor do libreto desta ópera, Francisco Braga, de seu nome completo Francisco Bernardo Braga Junior, licenciado em Engenharia pela Universidade de Coimbra, amigo de infância de João Arroyo, poeta ilustre e autor de originalíssimos textos de literatura de viagens, de entre os quais ser deve destacar o volume intitulado *A Escandinávia*, foi um portuense que deixou respeitável memória de bom violinista e cidadão de vasta cultura. O libreto da ópera foi, em geral, mal aceite porque os Portugueses confrontaram as opções do autor com o romance de Camilo Castelo Branco e os Alemães viram-se perante um enredo da época romântica numa ópera avançadamente contemporânea. De qualquer modo, e mesmo por isso, todos louvaram o trabalho de João Arroyo como exemplo de bom tratamento de um libreto inferior, o que constitui um juízo sensato sobre um fundamento pesadamente injusto.

Quanto ao título da ópera, urge esclarecer que, apesar do que consta da tradução italiana e alemã, *Amore e Perdizione*, *Liebe und Verderben*, o autor, pelo seu próprio punho, sempre se lhe referiu como sendo *Amor de Perdição*.

Com o passar dos anos, e com o avançar do século XX que, sobretudo entre 1920 e 1990, depreciou a época anterior, a obra de João Arroyo sofreu com a ideia de que o seu tempo tinha passado apesar de os festivais promovidos pela Fundação Artística João Arroyo, em associação com a Sociedade Nacional de Música de Câmara, nos anos quarenta, terem amplamente demonstrado que aqueles que minimizavam o autor, sem conhecerem a obra, não tinham razão. Com o crescente interesse e curiosidade que os estudiosos têm, ultimamente, revelado pelo século XIX e início do século seguinte é de esperar que a ideia oitocentista de que o presente deve ser o motor do futuro, em contraposição com a ideia seguinte de que o presente é fruição do passado, articulada com as disposições testamentárias da viúva de João Arroyo, que criou a Fundação Artística João Arroyo para promover o talento musical português, faça com que a obra artística, jurídica e política deste notável Português, e do seu meio natural, continuem actantes como elemento patrimonial da cultura e memória da riqueza criativa da Nação de que faz parte.

O Conselheiro João Marcelino Arroyo foi autor de quatro óperas completas, *A Noiva de Abidos*, *Três Sábios no Nonagésimo Paralelo Norte* (para a récita dos quintanistas da Universidade de Coimbra), *Amor de Perdição*, *Leonor Teles*, e uma apenas iniciada, *Paulo e Lena*, para além de obra para piano, canto e piano, violino e piano, violoncelo e piano, quarteto de cordas, sinfónica e coral-sinfónica de uma qualidade que muito honra e exprime o sentir português. Apesar de nunca ter renegado a sua origem espanhola, até pela grafia do nome e pela acção quotidiana, a família Arroyo, uma vez no Porto, sempre se declarou tão Portuense e tão Portuguesa como as melhores, constituindo, deste modo, um exemplo de mentalidade construtiva ao serviço do meio onde vive e por cujo progresso se empenha em desenvolver. O século XXI, ao olhar para trás com serenidade e critério, mostra vontade de recuperar um património activamente esquecido, perspectivando o futuro a partir de riqueza e experiência já adquirida.

*12 de Dezembro de 2008*